

Ave p 5

# Governo estuda - 9 MAI 1987 implantação do 09 MAI 1987 ESTADO DE SÃO PAULO sistema misto

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

A adoção do parlamentarismo misto, a partir de 15 de março de 1988, com o presidente Sarney passando a ser chefe de Estado e indicando o primeiro-ministro, aprovada pelo Congresso Nacional, está sendo examinada no governo.

Uma das propostas nesse sentido, do deputado César Cals Neto (PDS-CE), foi entregue pessoalmente, pelo autor a José Sarney, durante audiência no Planalto. O presidente ouviu, atentamente, a explicação do parlamentar cearense, mas não fez comentário a favor ou contra. Ao final da conversa o presidente da República pediu que César Cals Neto discutisse a emenda com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna.

A sugestão do representante pedessista apenas estabelece a implantação do sistema parlamentar misto de governo, após a promulgação da nova Constituição, entrando em vigor no dia 15 de março de 1988. Na opinião de Cals Neto, o governo parlamentar misto, com Sarney na Presidência da República, seria uma das saídas constitucionais para os problemas do sistema de governo atual no Brasil. A proposta não fixa a duração do mandato do atual presidente, que terá, segundo o deputado, uma definição política.

O presidente Sarney já está admitindo o sistema parlamentarista misto, como fórmula de dividir responsabilidades no governo. Ele tem dito isso a vários parlamentares, nos últimos dias. Um deles, o deputado alagoano José Costa, do PMDB, que é parlamentarista.

**TENDÊNCIA COMUM**

As conversas de Sarney com Cals

Neto e com José Costa coincidem com a pretensão do senador José Fogaça (PMDB-RS) — relator da Subcomissão do Poder Executivo, na Assembléia Constituinte — de sugerir em seu relatório o sistema parlamentar misto. O relator divulgará seu parecer segunda-feira. O líder do PCB, Roberto Freire (PE), que também conversou com o presidente, tem proposta de parlamentarismo já.

A tese do parlamentarismo, que parecia perder forças voltou a empolgar os parlamentares, de Roberto Freire, do PCB, a José Ulysses, moderado do PMDB mineiro, passando pelo relator-geral da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM). No Senado a preferência é evidente, conforme verificou o líder Fernando Henrique Cardoso e o vice-líder José Fogaça.

Entre as muitas propostas que está examinando, o relator só se lembra de uma confirmando o presidencialismo — a do senador José Richa. O ex-governador do Paraná propôs mandato de quatro anos ao presidente da República, permitida uma reeleição.

Parlamentares do PMDB e do PCB estão reunindo-se formalmente, com o objetivo de ampliar a frente parlamentarista. Eles estão convencidos de que o movimento pelo parlamentarismo já — após a promulgação da nova Carta — seria a solução, para completar a transição democrática com Sarney, e não contra Sarney.

Muitos deles garantiram que, implantado o parlamentarismo misto, com o presidente Sarney indicando o primeiro-ministro — obrigatoriamente um parlamentar —, o clima político-institucional se alteraria, criando condições para controlar a grave situação econômica.